

ARMÉNIO LIVROU-SE POR SER CORCUNDA

No Arquivo Geral do Exército estão os livros de recenseamento de todos os homens portugueses

O

mancebo Dionizio de Paula Silveira, nascido em 1883 em Canas de Sabugosa, Tondela, Viseu, era praticante de 'pharmacia', tinha 1,62 metros, olhos garços (verde-azulados), nariz regular, boca pequena, cabelo e barba castanhos, rosto oval, cor natural, um sinal preto na face junto à orelha direita e uma cicatriz na cabeça. Estava vacinado. Foi à inspeção militar no dia 19 de agosto de 1904 e, depois de minuciosamente observado, ficou "isento temporariamente" do serviço militar - depois viria a sê-lo de forma definitiva - por "falta sensível de robustez".

César Rodrigues Bernardes, um jornalista da mesma idade, altura e freguesia, de rosto redondo e barba preta, foi considerado inapto por ser gago (o número 67 da tabela assim o ditava) e o barbeiro Arménio Marques Pereira, de 1,57 metros, nariz

grosso, uma cicatriz do lado direito da testa escapou à Tropa por duas razões: "falta sensível de robustez e gibosidade" (o mancebo era corcunda). Já António Rodrigues, um carpinteiro de rosto redondo, boca regular, nariz grosso, cabelo e barba pretos, cor natural e 1,68 metros de altura foi "aprovado definitivamente" e por isso incorporado no dia 8 de novembro de 1904 no 4.º esquadrão de cavalaria número 8.

Só pudemos consultar (e publicar) estas informações que constam do Arquivo Geral do Exército, onde entramos esta semana, porque o ajudante de farmácia Dionizio, o jornalista César, o barbeiro Arménio e o carpinteiro António morreram há mais de 30 anos. De outra forma não o poderíamos fazer - apenas com autorização da família -, por causa da lei de proteção de dados. Mas todos os homens portugueses recenseados desde o ano de 1870 até à presente data estão aqui, nestes corredores infundáveis de prateleiras no antigo convento de Chelas, que têm quase tantos quilómetros como uma maratona - são 40 quilómetros - organizados por 19 distritos de recrutamento. Nos dossiês a abarrotar de folhas que o tempo amareleceu estão os dados pessoais de todos os cidadãos do sexo masculino que cumpriram 20 anos no ano que vem escrito nas lombadas respetivas. Excetuando um período militar de 15 anos que está guardado em película de microfilme, estes registos só existem nestes corredores.

Dentro do convento



Arquivo fica no Largo de Chelas

OS PEDIDOS QUE O ARQUIVO RECEBE

É no antigo convento de Chelas, onde durante 20 anos, entre 1758 e 1777, esteve presa a Marquesa de Alorna, que está o Arquivo Geral do Exército, que até fevereiro de 1982 esteve instalado no largo de Santa Clara, também em Lisboa. Entre 1870 e a atualidade, constam nos livros de recenseamento todos os homens portugueses e, desde 1992, também das mulheres, a partir do momento em que as cidadãs do sexo feminino puderam ingressar nas fileiras do Exército Português. Os pedidos que o Arquivo recebe prendem-se, atualmente, sobretudo com a contagem do tempo de serviço por parte de militares e ex-militares, mas também há razões históricas: os ex-militares querem saber mais sobre a companhia a que pertenceram, pedem cópias dos louvores recebidos...





Arquivo
Geral do
Exército tem
40 quilômetros
de prateleiras

Todos os homens que conhece estão, portanto, aqui, em pesadas pastas que guardam mais do que a história militar: indiretamente, falam sobre a história de um País que foi monárquico, republicano, passou por uma ditadura militar (mais tarde ditadura nacional e posteriormente Estado Novo) antes de chegar à democracia. Ou, se preferir outro ângulo de abordagem, um País que participou nas campanhas de África no final do século XIX, na I Guerra Mundial – em março de 1916 a Alemanha declarou guerra a Portugal –, décadas mais tarde, nas então co-



O jornaleiro César escapou à Tropa por ser gago

lónias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné, num conflito que durou 13 anos.

Serviço militar obrigatório

Data de 1884 a mais profunda reorganização do Exército do período da Monarquia Constitucional, empreendida por Fontes Pereira de Melo que, entre várias coisas, estabeleceu a duração do serviço militar obrigatório em 12 anos, distribuídos em três anos nas fileiras, cinco anos na primeira reserva e quatro anos na segunda reserva. Mas foi o decreto de 25 de maio de 1911 que reorganizou em novas bases o Exército metropolitano. Através dele estabeleceu-se, pela primeira vez em Portugal, o princípio do serviço militar pessoal e obrigatório prestado por todas as classes de cidadãos. “Embora a incorporação se mantivesse aos 20 anos, o cidadão era inspecionado aos 17. Durante esse hiato de três anos, os jovens apurados tinham uma instrução preliminar: aos domingos frequentavam um conjunto de cursos de ginástica,



De certa forma, o serviço militar era uma forma de ascensão social para as classes mais vulneráveis e pobres

BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS SOCIOLOGO

exercícios militares, equitação, tiro e outras atividades”, esclarece o militar historiador Abílio Lousada.

Mas até 1914 a formação dos oficiais milicianos foi escassa e mantiveram-se algumas das velhas práticas de fuga ao serviço militar. De facto, ao permitir a prática das remissões (pagamento de um substituto que fosse na sua vez), possibilidades de adiamento e isenção e pagamento de taxa, significou, na prática, que o recrutamento assentasse, em grande parte, nos mais desfavorecidos e desprotegidos. “Não é por acaso que, ao longo dos séculos, a maior parte dos cidadãos que cumpriam serviço militar, fosse para a guerra em contexto de paz, eram do Minho, de Trás-os-Montes, das Beiras e do Alentejo. O grosso foi sempre das regiões de fronteira, mais desfavorecidas, porque eram as pessoas que não tinham dinheiro nem para pagar a alguém que fosse por elas nem para pagar uma taxa [que em 1953 Salazar instituiu em 60 escudos] ao Exército, que era usada, entre outras coisas, para a compra de armamento”, continua o militar historiador.

“De certa forma, nessa altura o serviço militar era uma forma de ascensão social para as classes mais vulneráveis e pobres em Portugal”, esclarece o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que em 1985 escreveu o artigo ‘Os três tempos simbólicos da relação entre as Forças Armadas e a sociedade portuguesa’. “Até à implantação da república, o serviço militar era cumprido fundamentalmente pelos filhos das classes populares que não tinham padrinhos ou dinheiro para livrar ou para remir a dinheiro o tempo do serviço nas fileiras. Esta discriminação contri-

buiu para que se implantasse no imaginário social do povo a imagem do serviço militar como mais uma expressão da injustiça social, como um castigo que, aliás, se desdobra noutros castigos quotidianos, quer no domínio da alimentação e do alojamento, quer no domínio da disciplina”, escreveu o sociólogo, investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. No mesmo artigo descreve também que, apesar da ida à Tropa ter sido sempre um fator de perturbação na vida do jovem e na da sua família – quer porque retirava à economia familiar dois preciosos braços de trabalho, quer por questões afetivas, entre as quais o abandono ou adiamento de um projeto de casamento –, muitos pais abençoavam a dureza da vida militar como meio de domar a rebeldia dos filhos. “Os quais, como ainda se diz no Alto Minho, ‘hão de ir à tropa quebrar os narizes’”, partilhou o sociólogo.

Os amparos não iam

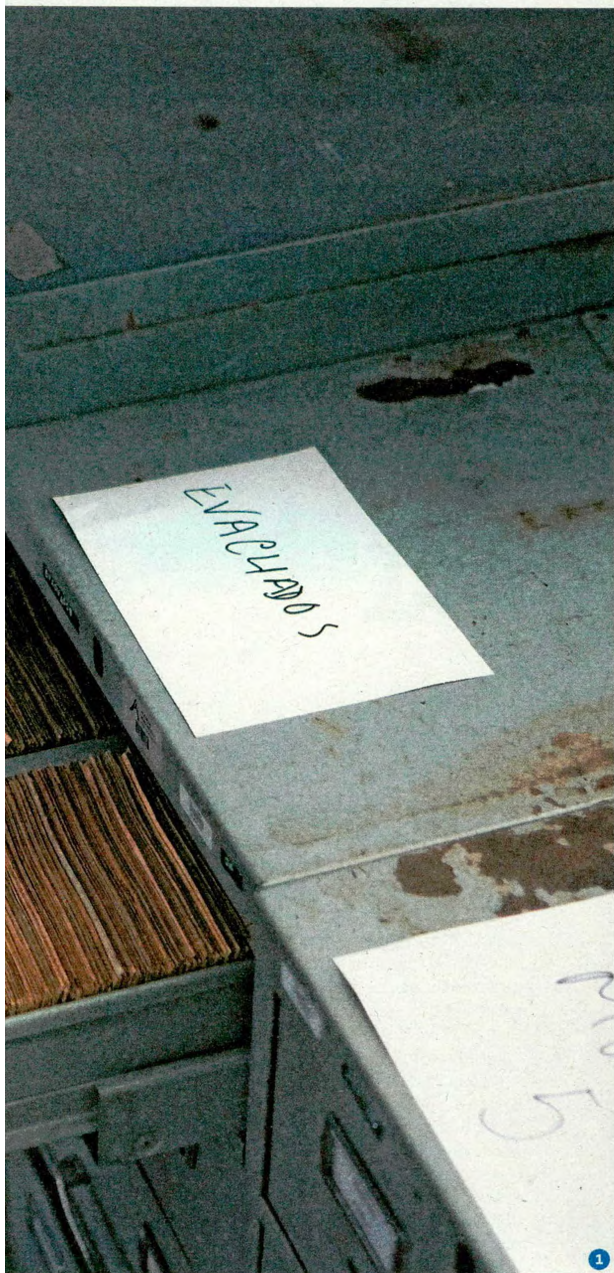
Quem normalmente escapava às fileiras eram os filhos das viúvas. “Porque o filho era sempre um garante não só do amparo da mãe, mas também do próprio património, do trabalho da terra. Portugal foi sempre um País muito ligado à agricultura de subsistência até à entrada na CEE e entre a arma e o arado tinha de haver um equilíbrio: não se podia tirar todos os jovens da terra, senão não havia quem a trabalhasse”, acrescenta o militar historiador Abílio Lousada, que nos anos 90 chegou a fazer parte das equipas que investigavam os ‘amparos’ que os jovens alegavam para não irem à Tropa. “Se houvesse muitas dúvidas falava-se primeiro com os vizinhos, batia-se à



Entre a arma e o arado tinha de haver um equilíbrio

ABÍLIO LOUSADA HISTORIADOR

porta a tentar perceber qual era o contexto familiar do mancebo em causa. E depois entrava-se em casa das pessoas, a tentar ver se as coisas batiam certo. Também se procurava sempre que numa família numerosa não fossem os filhos todos para a Tropa, o que era especialmente mais relevante em tempo de guerra.” Mas, enquanto uns tentavam escapar, outros não se importavam de repetir a dose. “O meu sogro, Francisco Bento Fernandes, cumpriu o serviço militar obrigatório em Bragança, na década de 50, e depois queria ir para o Brasil, mas os pais



1 Os militares portugueses que foram evacuados do Ultramar têm um espaço próprio. Nos processos está o motivo da evacuação, o hospital onde estiveram internados e uma série de dados pessoais dos combatentes

2 As datas nas lombadas referem-se ao ano em que os jovens completavam 20 anos. O nome das freguesias também ajuda a organizar o arquivo

3 Tenente-coronel Simões de Oliveira é o diretor do Arquivo Geral do Exército e fez à 'Domingo' uma visita guiada pelos 40 quilómetros de prateleiras

não o deixaram porque senão os irmãos faziam o mesmo e eles precisavam de braços para a lavoura... então ele ofereceu-se para ir para a Índia cumprir novo serviço. Substituiu um amigo que não queria ir e recebeu para isso cinco contos [equivalente a cerca de 2200 euros atualmente].” Havia ainda, segundo o historiador, “uma questão física muito premente que tinha que ver com as mãos e os pés – as mãos por causa do armamento e os pés para poderem andar”. Quando havia mais mancebos aptos para a Tropa do que era preciso para preencher

o contingente, os jovens eram convocados por sorteio – chamava-se ‘tirar as sortes’ – até o número satisfazer as necessidades do Exército.

Isso só acontecia em períodos de paz. “Nos períodos de guerra não só as inspeções médicas eram menos criteriosas como todos os rapazes eram requisitados.” Foi o que aconteceu na I Guerra Mundial e na Guerra do Ultramar, as alturas em que mais jovens portugueses foram mobilizados para as fileiras. Também eles têm o seu lugar no Arquivo Geral do Exército, o segundo maior do País (o maior é o da Torre do



Francisco recebeu 5 contos para ir na vez de um amigo

Tombo), onde também constam os processos individuais de todos os militares portugueses e dos cidadãos naturais das ex-províncias ultramarinas que serviram o exército, a história de todas as unidades militares e os processos dos militares do quadro permanente que já morreram. Mas é no corredor dos soldados mortos no Ultramar que o silêncio é mais pesado. Abrem-se as pastas: morto número 91 de 1971, morto número 92 de 1971, morto número 93 de 1971... Os 8831 militares portugueses que morreram em África estão todos aqui.